humanitas

Vol. III

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLUME III

COIMBRA

MCML-MCMLI

T. ROBERT S. BROUGHTON with the collaboration of **Marcia** L. PATTERSON — *The Magistrates of the Roman Republic.* **Volume 1 (50q B C.-ioo B. C.), published by The American Philological Association (New York, 1951). 1 vol. de xix 4■ 578 pp.**

. Nem sempre é fácil dar a conhecer ao público, através de uma simples recensão bibliográfica, um novo livro que aparece. Há obras que só podem conhecer-se, em todo o seu valor intrínseco, compulsando-as directamente: nem o seu conteúdo pode resumir-se, nem as ideias que exprimem podem criticar-se, pois representam um tão aturado e minucioso trabalho de investigação que obrigam a crítica a curvar-se reverente e a calar-se. Perante obras dessa natureza, o crítico tem de limitar-se a anunciá-las, a chamar a atenção do público para o seu interesse cultural, e a colocá-las cuidadosamente no quadro de honra dos trabalhos da especialidade, como uma nova e preciosa peça de ferramenta científica, que tem de passar a ser utilizada dia a dia, nos demais trabalhos de investigação. A obra a que vamos referir-nos pertence indiscutivelmente a este número.

Não se trata, como o título poderia levar a supor, de um estudo doutrinário sobre as magistraturas romanas da época republicana, mas sim de uma lista cronológica de todos os magistrados republicanos conhecidos, com indicação, para cada um deles, de todas as fontes históricas e trabalhos científicos que lhe fazem referência. Isto equivale a afirmar que a obra vem preencher uma importante lacuna nos instrumentos de trabalho dos romanistas, representando, para a época republicana, um trabalho semelhante ao que Mommsen pretendeu levar a cabo, para o período imperial, com a *Prosopographia Imperii Romani.* Na verdade, se alguns trabalhos isolados existiam já, para o conhecimento das magistraturas republicanas, faltava uma obra de conjunto, de boa sistematização e de consulta fácil, que permitisse ao investigador informar-se rápidamente de quanto se conhece acerca de cada magistrado da República Romana:

As obras fundamentais, neste domínio, continuavam a ser, até o aparecimento do presente livro, o *Onomasticon* de Orelli, elaborado com base na obra de Cícero, e os estudos referentes às mais ilustres famílias romanas, contido na *Geschichte Roms* de Drumman-Groebe e nos artigos de Klebs e de Münzer, na *Real-Encyclopädie* de Pauly-Wissowa. Além disso, algumas listas cronológicas de magistrados se tinham organizado já com

referência a períodos limitados ou a cargos determinados. No entanto, o carácter disperso, fragmentário e, por vezes até, pouco exacto de todos estes elementos de estudo exigia a elaboração de um trabalho de con-junto, com todos os requisitos da moderna técnica da investigação his-tórica.

Consoante se anuncia no prefácio, o plano da obra consta de duas partes: — A primeira, que não fica completa ainda com o presente volume, procura dar, para cada ano, a indicação de todos os magistrados e outros altos funcionários da República romana, de qué há notícia. Segue, portanto, um plano puramente cronológico:—Cada ano constitui um capítulo (chamemos-lhe assim); e, dentro de cada ano, formaram-se tantas rubricas (ou parágrafos, se assim quisermos chamar-lhes) quantas asdiferentes magistraturas, que se sabe terem estado, então, em funcionamento À indicação dos nomes dos cidadãos que ocuparam cada uma de tais magistraturas, segue-se sempre, a referência, tão crmpleta quanto possível, das fontes históricas que a esses nomes aludem e dos estudos doutrinários modernos que igualmente se lhes referem.

A segunda parte procurará reproduzir os nomes de todos os magistrados republicanos pela sua ordem alfabética e dará, logo em seguida, para cada um deles, a indicação das magistraturas que exerceram e do ano em que o fizeram. Terá, assim, a dupla vantagem de servir de índice alfabético à primeira e de permitir conhecer, logo de uma vez, todos os cargos que cada cidadão desempenhou através da sua carreira política^

O volume 1, que agora foi publicado, abrange apenas a primeira parte da obra, desde o início da época repubicana até o ano 100 a. C. Do volume 11 farão parte as restantes listas cronológicas de magistrados, até o ano 31 a. C., e a lista alfabética, que forma objecto da segunda parte da obra. Nesse mesmo volume, promete o autor incluir alista dos magistrados que não foi possível, até hoje, arrumar no quadro cronológico das magistraturas republicanas.

A ordem por que as diferentes magistraturas são apresentadas, na primeira parte da obra, com referência a cada um dos anos, afigura-se-nos ser inteiramente razoável e lógica:—À cabeça, vêm os *cônsules*, não só por serem os mais categorizados, no aspecto político, de todos os magistrados ordinários do *cursus honorum*, mas ainda pelo privilégio oficial da eponímia, que de direito lhes pertence. Em vez de serem nomeados pela ordem alfabética, seguiu-se o sistema, sem dúvida preferível, de os indicar pela mesma ordem por que aparecem referidos nas antigas fontes. Depois dos cônsules, vêm os *ditadores* — nos anos em que os houve—, acompa-

nhados dos respectivos *magistri equitum*. Seguem-se os *censores*, os *pretores*, os *edis* (curuis e da plebe), os *tribunos da plebe* e os *questores*. Para todas estas magistraturas, ao contrário do que se fez com os cônsules, adoptou-se o critério de enumerar os respectivos titulares pela nrdem alfabética. Quanto aos censores — que ocupavam o cargo, como se sabe, por períodos de 4 ou de 5 anos —, o autor resolveu incluí-los, exclusivamente, na lista dos magistrados do ano em que foram eleitos.

Houve que resolver também uma dificuldade, quanto aos magistrados anuais cujo exercício de funções, ao contrário do que sucedia na genera-^idade dos casos, não se iniciava em 1 de Janeiro. Era o caso, por exempio, dos tribunos da plebe, que entravam no exercício do cargo em 10 de Dezembro, e dos questores, que começavam a exercê10- em 5 de Dezembro. Adoptou-se, e bem, a solução de os incluir na lista dos magistrados do ano em que, por mais tempo, exerceram a sua jurisdição.

Encaixados na lista anual dos magistrados, tal como acabamos de descrevê-la, indicam-se também, quando os houve, os *interreges*, sempre referidos ao ano em que, provisoriamente, exerceram as funções consulares.

Além dos *magistrados propriamente ditos*, a que acabamos de fazer referência, a obra fornece também, para cada ano — e em seguida àqueles —, os nomes de outros altos funcionários republicanos, designadamente dos *promagistrados* (procônsules e propretores), dos *tribum militum*, dos *legati* (devidamente classificados em três categorias: embaixadores, enviados e lugares-tenentes)j dos *praefecti*, dos *triumuiri capitales* ou 720c-*tur ni,* etc.

Embora o carácter da obra pudesse dispensá-lo, o autor não quis deixar de indicar também, nestas listas cronológicas de altos funcionários republicanos, dada a importância política que muitas vezes tiveram, os nomes dos principais membros do colégio pontifício e de outros colégios sacerdotais romanos.

Do que deixamos dito, já pode o leitor aquilatar da transcendente importância desta obra para as futuras investigações romanísticas e avaliar quantos agradecimentos são devidos ao professor Broughton, da parte de todos os estudiosos destas matérias, por se ter abalançado à realização de um trabalho tão ingrato e tão árduo, mas de tão elevada utilidade.

GUILHERME BRAGA DA CRUZ.